

VIOLÊNCIA À LUZ DA ABORDAGEM DE CIDADES SAUDÁVEIS*

*Sandra Maria Cerqueira da Silva Mattos***

RESUMO — *No Brasil, um dos grandes problemas nacionais é a violência. As estatísticas sobre violência e juventude apontam para uma situação preocupante. Independentemente do nível de desenvolvimento econômico ou da cultura dos países, esse é um fenômeno que ocorre em escala global. Tornou-se comum reduzir as dimensões do problema da violência urbana à desigualdade social, às raízes históricas, ao tráfico de drogas, à desestruturação da família ou à mídia. O fato é que nenhum elemento isoladamente pode ser eleito como responsável pelo atual quadro da violência, podendo-se incorrer no risco de se buscar explicações (e soluções) simplistas. Pesquisas recentes indicam que fatores biológicos e outros fatores individuais explicam algumas das predisposições à agressão, porém, é possível perceber que esses fatores interagem com fatores familiares, comunitários, culturais e, ainda, outros fatores externos para, dessa forma, criar uma situação propícia à violência. Dentre muitas das causas fundamentais da violência, estão as políticas públicas atreladas a uma visão centrada apenas no crescimento econômico, sem tratar adequadamente a temática da desigualdade social. Tal situação se agrava, ainda mais, se observamos, também, as questões voltadas para as desigualdades regionais. Com base nos indicadores demográficos e sócioeconômicos, estudos recentes demonstram que a desigualdade regional é uma característica significativa do processo de desenvolvimento estadual, constituído por várias tipologias. Este artigo visa apontar uma das possibilidades de intervenção, utilizando-se de estratégias políticas, observando a ambiência das “cidades saudáveis”,*

* Os diversos estudos existentes apontam para o fato que os negros e pobres são os principais envolvidos em questões relacionadas com a violência, tanto como vítimas quanto como agentes de atos violentos.

** Prof. Especialista (DCIS/UEFS). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. E-mail: sandraam@uefs.br.

Universidade Estadual de Feira de Santana – Dep. de CIS.
Tel./Fax (75) 3224-8049 - BR 116 – KM 03, Campus - Feira de Santana/BA – CEP 44031-460. E-mail: cis@uefs.br

no sentido de auxiliar no estudo, avaliação e diminuição das possíveis causas da violência e, por conseguinte, marginalização.

PALAVRAS-CHAVE: *Violência, Globalização, Políticas Públicas.*

1 VIOLÊNCIA

No Brasil, um dos grandes problemas nacionais é a violência. As estatísticas sobre violência e juventude apontam para uma situação preocupante. Independentemente do nível de desenvolvimento econômico ou da cultura dos países, esse é um fenômeno que ocorre em escala global. A internacionalização da violência segue uma outra tendência: a diversificação do ambiente onde ela ocorre, dada a redução dos custos das armas de fogo, e a tecnologia da destruição cada vez mais acessível. Situação que se agrava tendo em vista as facilidades para a venda - legal ou não - de armas e, o tráfico de drogas como uma grande empresa globalizada.

Segundo estudo dos colombianos (COSTA *apud* LODOÑO), na América Latina, a cada ano, 140 mil pessoas são assassinadas e 28 milhões de famílias sofrem furtos ou roubos – 54 famílias por minuto, quase uma por segundo. A violência sobre bens e pessoas custa em média 14,2% do Produto Interno Bruto (PIB) latino-americano, algo como US\$ 460 bilhões, mais que o PIB da Argentina – e nos casos mais graves, como Colômbia e El Salvador, a violência destrói mais de um quarto do PIB potencial. Eles estimaram a perda total de “capital humano” em 1,9% do PIB, o equivalente aos gastos com educação primária em toda a região e as perdas de recursos de capital em 4,8% do PIB, a metade do investimento privado. As transferências involuntárias de recursos das vítimas para os criminosos alcançam 2,1% do PIB (US\$ 68 bilhões, mais que o PIB do Equador).

Segundo o Dicionário Houaiss, violência é a “ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força” (HOUAISS; VILLAR. FRANCO, 2001). No aspecto jurídico,

o mesmo dicionário define o termo como o “constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação”.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define violência como: “o uso intencional da força física, do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG, 2002, p.11).

Tornou-se comum reduzir as dimensões do problema da violência urbana à desigualdade social, às raízes históricas, ao tráfico de drogas, à desestruturação da família ou à mídia. Contudo, nenhum elemento isoladamente pode ser eleito como responsável pelo atual quadro da violência, podendo-se incorrer no risco de se buscar explicações (e soluções) simplistas.

Em 1996, a violência foi declarada como um problema importante e crescente de saúde pública no mundo, durante a Quadragésima Nona Assembléia Mundial de Saúde, que adotou a Resolução WHA49.25 e, solicita que os Estados Membros avaliem os problemas da violência em seus territórios e comuniquem à Organização Mundial de Saúde (OMS) tais informações e abordagens referentes a eles (KRUG 2002).

Um estudo realizado por enfermeiras do Departamento de Saúde da Universidade Estadual de Feira de Santana, (VIEIRA et al., 2003) enfocou as causas de morte externa (não-naturais) em Salvador e na Bahia através de outra fonte de dados, a Fundação Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. Concluíram que o risco de morte por homicídio nessa cidade, e nesse estado é três vezes maior do que nos Estados Unidos, mais do que quatro vezes os riscos no Japão. Homicídio é a primeira causa de perda de potenciais de anos de vida (13,4%). Causas externas são a segunda causa de morte em Salvador e na Bahia, por razões de violência e raízes culturais¹ e sociais.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, em abril de 2004, um documento denominado “Síntese de Indicadores Sociais” (BRASIL, 2004), no qual consta este dado impressionante: de 1980 a 2000, 598.367 brasileiros foram assassinados. De 1980 a 2002, a taxa de mortalidade do

país cresceu 130%. Uma das causas poderia ser o aumento da população, uma vez que, aumentou 43% de 1980-2000. Dos quase 600 mil brasileiros assassinados, 62% foram na década de 90. O número total de mortes violentas (incluindo suicídios e acidentes de trânsito), nesses 20 anos, foi de 2.069.866 brasileiros, e homens representaram 82,2% desse total.

Tabela 1 - Causas de homicídios por armas de fogo.

Ano	% Homicídios	Homens 15-24a	Mortes por armas de fogo masc/100mil	RJ	SP
1991	56	5.220	36,8	124,5	43,6
2000	75	12.233	71,7	181,6	114,6

Fonte IBGE

Conforme dados da Tabela 1, foram focalizadas, no estudo do IBGE, as causas de homicídios no grupo populacional mais afetado por essas mortes que são os homens de 15 a 24 anos. Os dados mostram que as armas de fogo tiveram um papel preponderante no aumento dessa estatística na década de 90. De 1991 para 2000, o número de homens de 15 a 24 anos mortos por armas de fogo cresceu 134%. O Rio de Janeiro foi o Estado que apresentou maior taxa. São Paulo, que em 1991 ocupava a nona colocação, passou para a quarta, em 2000. Em 2000, o total de homicídios registrados nos Estados Unidos foi de 12 943. As armas de fogo foram usadas em 65,6% (8.493) desses crimes. Os números são bem menores que os do Brasil, que teve no mesmo ano 45.343 assassinatos (12 233 com armas).

Quando tratamos da questão da violência, faz-se necessário, também, entender o contexto em que ela se manifesta. Se o desemprego e a desigualdade social explicam, em parte, o problema - em uma sociedade em que a concentração de renda por si só já representa uma violência - como justificar que jovens das classes média e alta estejam envolvidos em muitos relatos violentos? A perda dos referenciais éticos parece ser uma das justificativas. Nesse sentido, o desafio parece ser

definir como estabelecer limites de conduta numa sociedade que valoriza de maneira exacerbada o consumismo, o individualismo e um conceito de sucesso que não leva em conta aspectos como, por exemplo, a solidariedade.

1.2 POSSÍVEIS CAUSAS DA VIOLÊNCIA

Pesquisas recentes indicam que fatores biológicos e outros fatores individuais explicam algumas das predisposições à agressão, contudo, é possível perceber que esses fatores interajam com fatores familiares, comunitários, culturais e outros fatores externos para, assim, criar uma situação propícia à violência.

A desigualdade social, a pobreza, e a violência atingiram no mundo todo, e particularmente no Brasil, níveis insustentáveis, limitando, dessa forma, a capacidade de crescimento dos países. A situação se agrava, ainda mais, se observamos também as questões voltadas para as desigualdades regionais.

No campo social, é preciso desagregar os números gerais, para que se percebam as faces da violência. A seguir, pontuo algumas das causas de violência relacionadas por Krug e que são passíveis de constatação ao nosso entorno.

1.2.1 POBREZA

A América Latina tem, atualmente, 50% de sua população em estado de pobreza (KLIKSBURG, 2002). Ao mesmo tempo, é um dos continentes potencialmente mais ricos de todo o planeta, uma vez que possui matérias-primas estratégicas, capacidade de produção agropecuária excepcional, clima privilegiado, no Brasil, a agricultura, por sua vez, a cada ano, bate o recorde em produção, em relação ao ano anterior, entre outras condições favoráveis.

No Brasil, podemos observar uma simetria social na qual os 10% mais ricos se apropriam de 50% do total de renda das famílias. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano, no Brasil, o elevado grau de desigualdade verificado em 1998 está muito próximo dos dados apurados em 1970. O estado de

pobreza não decorre diretamente da escassez de recursos, mas da desigual estrutura de distribuição de renda e de oportunidades. Na análise dos níveis de renda *per capita*, verifica-se que 64% dos países do mundo apresentam renda inferior à brasileira, constatando-se, ainda, que 77% da população mundial vivem em países com renda *per capita* inferior à do Brasil.

A restrição ao acesso a serviços e benefícios sociais básicos, somadas as políticas e programas – via de regra, paliativos ou tentativas compensatórias das desigualdades – engendram medidas que não correspondem às necessidades da população, dada, principalmente, à insuficiência e instabilidade dos recursos disponíveis, e, ainda, à prevalência dos ditames econômicos sobre os sociais, portanto, medidas condenadas a uma reduzida efetividade.

1.2.2 DESEMPREGO

Uma das faces mais graves da questão da violência é a que envolve a juventude - tanto como vítima, quanto como agente de atos violentos. E a falta de ocupação apresenta-se como um dos fatores a contribuir para o aumento dos índices sob esse aspecto.

Com relação ao desemprego as estatísticas, em 1980, indicavam existência de seis milhões de desempregados. Quem mais sofre com a falta de atividade são os jovens, conforme demonstra a Tabela 2, a seguir. A taxa de desemprego passou de 6% em 1980, para 9%, em 2000, e, atualmente, está estimada em 11% da população (aproximadamente 20 milhões de pessoas); mas, relacionando-se essa taxa aos jovens de quinze a vinte e cinco anos de idade, ela dobra em quase todos os países da América Latina. A taxa juvenil é superior a 20%, em todo o continente.

Ainda com base nesses estudos, verifica-se que a desocupação entre as mulheres jovens é muito maior do que entre os homens jovens, demonstrando a existência de mecanismos discriminatórios, com relação à questão de gênero.

Tabela 2 - Taxa de desemprego – América Latina.

Ano 1999	% Desemprego	% Jovens (15 /25a)
Argentina	15	24
Chile	10	22
Bolívia	07	15
Brasil	11	22

Fonte: CEPAL

Também existe a questão da falta de qualificação, o que leva o indivíduo a buscar meios alternativos para a sobrevivência. De acordo ainda com a CEPAL, os trabalhadores informais, os trabalhadores precários representavam, em 1980, 40% da mão-de-obra ativa no setor agrícola da América Latina. Eles ganham muito menos que os trabalhadores formais, trabalham muito mais horas, em postos de trabalho totalmente instáveis, sem sistema de proteção social. Esse número aumentou para 60% no ano de 2000. Nos dias atuais, calcula-se que, para cada 10 novos postos de trabalho, nove são informais, o que representa uma degradação da qualidade dos empregos existentes no continente.

Portanto, numa sociedade em que, a todo momento e em todas as circunstâncias, surgem incentivos ao consumo, pessoas sem renda tendem a buscar mecanismos, legais ou não, para o acesso aos bens e serviços que lhes despertam interesse. O jovem, por sua vez, é o que mais sofre com os impedimentos ao acesso, atingido, seja por prestigiar por mais tempo um dos principais veículos de comunicação de massa, a TV, ou mesmo porque é o principal alvo das mídias, o que gera revolta.

1.2.3 TRABALHO INFANTIL E EDUCAÇÃO

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a situação do trabalho juvenil na América Latina, registra que existem 22 milhões de crianças menores de 14 anos de idade que trabalham durante todo o dia; muitas delas não recebem nenhuma remuneração, seja por exploração, ou por estarem

trabalhando para auxiliar os pais no volume de produção. Um terço realiza trabalhos perigosos, coletando lixo, prostituindo-se, manejando agrotóxicos.

Uma vez que a questão da sobrevivência é preponderante, muitas crianças estão trabalhando e, portanto, fora da escola. Longe da ambiência natural de suas idades, brincando, estudando, e mesmo trabalhando, sem condições de acesso aos mais diversos bens e produtos que poderiam melhorar-lhes a qualidade de vida, o que gera, por vezes, revolta e indignação.

Segundo o sociólogo Kिल्sberg (2002), 30% das crianças da região não terminam o estudo primário, e 70% não concluem a escola secundária. Para ele, a falta de políticas públicas específicas é um dos fatores que impedem a redução da desigualdade e a erradicação da pobreza.

As crianças pobres evadem e repetem porque vêm de famílias desestruturadas. Um outro motivo para a evasão escolar é a falta de concentração. A criança desnutrida fica impossibilitada de acompanhar as aulas. Embora não possa deixar de considerar Santos, quando afirma:

Por vezes elege-se a educação como condição para a cidadania, como vetor para a ascensão social e para o desenvolvimento econômico, mas, “como poderemos eleger a educação como o programa líder e estruturador de uma política social se as estatísticas mostram que a ampla maioria da nossa população estudantil não possui as condições físico-biológicas para a aprendizagem? (SANTOS 2002, p. 948).

E não possuem, ainda, as demais condições mínimas para que possam ser educadas, tais como, moradia em ambiente adequado, boa alimentação, famílias estruturadas e um esquema justo de distribuição de renda, garantindo um mínimo para todos.

Também temos problemas relacionados ao acesso mínimo, que é o indicador de qualidade mais elementar, como podemos verificar na Tabela 3. Na América Latina, o número de anos na escola é, atualmente, de 5,2 anos, ou seja, não têm uma escola

primária completa; enquanto que, na Nicarágua, uma criança permanece na escola durante treze anos para conseguir terminar seis séries, com taxas de repetência altíssima, o que leva a constatar lacunas de qualidade. Essa é uma situação preponderante entre as crianças pobres.

Tabela 3 - Horas aula/ano América Latina.

Tipo de Escola	Horas aula/ano
Escola Particular	1400
Escola Pública	800
Escola Pública Rural	400

Fonte: DIA – Diálogo Inter-Americano

1.2.4 VIOLÊNCIA COMO CONSEQÜÊNCIA DO DESAJUSTE FAMILIAR

A pobreza e suas implicações acabam por destruir famílias, na América Latina, devido ao elevado número de pobres, a soma de famílias desfeitas e /ou desestruturadas aumenta a cada dia. Trinta por cento de todas as famílias são atualmente famílias com mães sozinhas, pobres, à frente do sustento da casa. Segundo o Diálogo Inter-Americano – organismo internacional com sede nos Estados Unidos, 25% a 50% de todas as crianças que entram na escola primária não a terminam.

Quando as famílias, não somente dos pobres como, também, das classes médias, são atingidas pela tensão econômica, os indicadores de violência doméstica sobem. No Brasil, tal situação tem um peso especial, é o crescimento da criminalidade. Este problema é real para toda a América Latina, ou seja, o número de homicídios para cada 100 mil habitantes da população, por ano, subiu 40% na década de 90. Na América Latina, a criminalidade está vinculada a três causas centrais: (i) a criminalidade é profundamente uma criminalidade juvenil, portanto, ligada ao desemprego juvenil; (ii) a criminalidade está ligada à educação, uma vez que baixos níveis de educação são causas estruturais

da criminalidade; e por fim, (iii) está ligada à articulação da família (KRUG *op. cit.* p. 11).

Nos dias atuais, um número considerável das famílias têm, como “chefes da casa”, mulheres solteiras, processo que leva a diversas conseqüências, tais como: diminuição da renda e alteração dos valores éticos. Essa reorientação leva a conflitos que, por conseguinte, podem gerar atos violentos. Um dos exemplos mais comuns dessa situação é que, em alguns casos de utilização de drogas por jovens, o fato está vinculado a separação dos pais.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO PONTO DE PARTIDA NO COMBATE À VIOLÊNCIA

A Constituição Federal do Brasil estabelece os princípios gerais que vão reger a formulação, implementação e desenvolvimento dos projetos e ações de cada governo, ou seja, suas políticas. As Políticas Públicas são as formas próprias de o Estado agir, nos diversos níveis, de acordo com as formas como planeja atender às necessidades da população. Tal ação não é apenas uma decisão governamental, e o resultado é a expressão de um complicado jogo de forças e interesses presentes na sociedade.

A palavra política tem origem na Grécia antiga e se refere à vida na pólis, ou seja, à vida na cidade, às regras de organização e de convivência, às decisões sobre os rumos a serem tomados pelo governo dos cidadãos. Política é qualquer ação que envolve mais de uma pessoa. O desafio que a realidade – complexa - hoje nos coloca é aprender a articular, conectar, interagir. Nessa ótica, a dimensão política perpassa todas as outras dimensões da vida humana, fazendo com que todos os nossos atos, todas as nossas escolhas tenham um caráter político. O político – que trata dos negócios públicos, segundo o Dicionário Aurélio - deixa de se restringir ao estatal, eleitoral ou partidário, pois diz respeito a tudo que fazemos, escolhemos ou pensamos, mesmo porque, todos nós somos políticos, enquanto o que fazemos se relaciona e tem influência no que os outros fazem, e, a todo e qualquer encaminhamento para a formulação de decisões. A política é uma ciência que

nos leva a pensar, discutir formas de organização, formas de vida, regras de convivência. A política influencia a vida em todos os sentidos, já que permeia todos os espaços e tempos em que a gente vive, já está na estrutura e na constituição de todas as relações da sociedade.

As situações de risco e os impedimentos à vida com qualidade devem ser enfrentados por meio de intervenções que, para além de sua base técnica, devem ser socialmente construídas e legitimadas. Para Carvalho (2000, p. 153-154) é preciso superar a “ausência de interlocução política, ausência de interlocução teórica, ausência de debate ampliado entre teóricos e gestores do conjunto das políticas públicas” que continuam presentes, apesar do avanço da legislação. Essas ausências de que fala Carvalho acabarão por ser superadas na medida em que os setores envolvidos conseguirem avançar cada vez mais em direção ao usuário.

Observando-se a nova concepção de Estado, coloca-se para as políticas públicas saudáveis a tarefa de encontrar mecanismos para redução da violência com estratégias para viabilizar municípios saudáveis, bem como, a elaboração de políticas públicas abrangentes, comprometidas com seus resultados sobre a violência, a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida da população. A Carta de Ottawa (BRASIL, 2002) recomenda cinco campos de ação para a promoção da saúde: elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis; criação de ambientes favoráveis à saúde; reforço da ação comunitária; desenvolvimento de habilidades pessoais; e a reorientação dos sistemas e serviços de saúde.

3 O CONCEITO DE CIDADES SAUDÁVEIS

A proposta de cidades saudáveis surge como uma resposta as mudanças que estão ocorrendo no texto atual, tais como, o crescimento da urbanização, mudança da concepção de Estado, a globalização, rapidez das comunicações, mudanças nos padrões epidemiológicos e outros.

A filosofia de cidades saudáveis teve início em fins dos anos 1970, experimentada inicialmente em Toronto, expandiu-

se para outras cidades do Canadá, da Europa e da Austrália. No continente europeu, mais de mil cidades em cerca de 80 países participam do movimento, apoiadas pelo Organização Mundial de Saúde (OMS), difundiu-se mundialmente através de “redes de cidades”, países e regiões, transformando-se em um movimento internacional. Na América Latina, iniciou nos anos 1990, sob o patrocínio da Organização Panamericana da Saúde (OPAS)/OMS, sob a denominação de municípios saudáveis; tendo em vista que o município é a estrutura político-administrativa da Região melhor representada.

Uma cidade pode ser considerada saudável segundo a OMS, quando “seus líderes políticos, organizações locais e cidadãos comprometem-se e colocam em prática, de modo contínuo, a melhoria de seu meio ambiente físico e social utilizando todos os recursos de sua comunidade”. Portanto considera-se uma cidade ou município saudável aquela cujos dirigentes municipais enfatizam a saúde de seus cidadãos ampliando todos os fatores propícios à ampliação de qualidade de vida, valorizando, sobretudo, as potencialidades do local. “A OMS age como uma fonte de recursos técnicos e de informações, promovendo o uso de metodologias, de instrumentos e de capacitação para o desenvolvimento das propostas do movimento”, explica Marilyn Rice, consultora regional de municípios da Opas de Washington (EUA).

Municípios, cidades e /ou comunidades saudáveis é uma filosofia e também uma estratégia que permite fortalecer a execução das atividades de promoção da saúde, como uma das mais altas prioridades dentro de uma agenda política social. Para tanto, faz-se necessário a participação popular e ações intersetoriais. No Brasil, várias iniciativas foram experimentadas desde a década de 90, tais como: São Paulo, Campinas, Santos, Jundiaí, Crateús, Sobral, Anadia, Maceió, dentre outros.

A partir de 1998, o movimento toma impulso com a realização, na cidade de Sobral, do I Fórum Brasileiro de Municípios Saudáveis, numa iniciativa da cidade de Sobral, em parceria com o Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), Ministério da Saúde e OPAS/OMS, além de várias instituições acadêmicas, participação de prefeitos, profissionais

de saúde e associações comunitárias. Em 1999, durante o XV Congresso do CONASEMS, foi lançada a Rede Brasileira de Municípios Saudáveis, com a participação de, pelo menos, 40 secretarias municipais de saúde interessadas. Foi então constituída uma comissão provisória de quatro prefeitos municipais, sob a coordenação do prefeito de Crateús/Ceará.

O Projeto Cidades Saudáveis é, nos dias atuais, um movimento de amplitude mundial, tendo como pilar o conceito de Saúde para Todos (SPT) no Século XXI da OMS e as orientações estratégicas da Carta de Ottawa que procurou proporcionar um veículo para testar a aplicação desses princípios a um nível local.

A SPT baseia-se em seis princípios: as desigualdades na saúde entre os países e dentro deles devem ser reduzidas, pois a SPT implica equidade; deve-se dar mais ênfase à promoção da saúde e à prevenção da doença, para ajudar as pessoas a maximizar as suas capacidades físicas, mentais e sociais; diferentes setores da sociedade devem cooperar para garantir que as pessoas tenham acesso às condições básicas para a saúde e que sejam protegidas dos riscos ambientais; a participação da comunidade é essencial para alcançar a SPT; o sistema de cuidados da saúde deve centrar-se em cuidados de saúde primários que proporcionem serviços acessíveis nos locais de habitação e de trabalho; a cooperação internacional deve ser utilizada para tratar de problemas de saúde que ultrapassem as fronteiras nacionais.

No intuito de alcançar o patamar de cidade saudável, devem-se avaliar as implicações para a saúde dos seus habitantes, das decisões da Câmara Municipal, no que se refere ao desenho de uma urbanização, ao modelo de abordagem da problemática dos resíduos sólidos e da higiene pública, ao licenciamento de atividades comerciais, à política de equipamentos sociais, à relação com o movimento associativo, ao trabalho com as escolas, ao ordenamento do trânsito, mesmo ao modo de relacionamento dos serviços municipais com os Municípios. Assim sendo, todas as políticas municipais têm implicações na saúde da cidade, pelo que se conclui que, ao invés de ser um setor entre outros, a saúde e a promoção de ambientes urbanos

saudáveis, sustentados, têm que ser o objetivo estratégico e ordenador de todas as políticas e de todas as medidas setoriais.

Uma cidade saudável deve ter consciência de que a saúde constitui uma questão urbana e lutar por tais melhorias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias atuais, no Brasil, a violência, que antes estava presente nas grandes cidades, espalha-se para cidades menores, à medida que o crime organizado procura novos espaços. A noção de que a violência pode ser evitada é nova ou questionável para muitos dos que detêm as possibilidades de decisões. Além das dificuldades das instituições de segurança pública em conter o processo da violência e de sua interiorização, a degradação urbana contribui decisivamente para ele, já que a pobreza, a desigualdade social, o baixo acesso popular à justiça não são mais problemas exclusivos das grandes metrópoles. Na última década, a violência tem estado presente em nosso dia-a-dia. Todos conhecemos alguém que já passou por um processo violento. Tal situação já poderia ser reduzida acaso a violência fosse tratada logo que começa a dar sinais de sua existência. Há diferenças na visão das causas e de como superá-las, mas a maioria dos especialistas no assunto afirmam que a violência urbana é algo evitável, desde que políticas de segurança pública e social sejam colocadas em ação. Um grande obstáculo parece ser a falta de conhecimento. Para muitos responsáveis pela tomada de decisões, a idéia de que a violência é um problema de saúde pública é nova e, na verdade, bastante contrária à crença de que a violência é um problema criminal. É preciso atuar de maneira eficaz tanto em suas causas primárias quanto em seus efeitos, partindo, tais atuações, desde o local para o mundo. Superando a crença que as abordagens tradicionais do sistema de justiça criminal são as únicas opções de atuação que “funcionam”. Mesmo porque, algumas das soluções mais inovadoras têm partido dos níveis comunitários e municipais do governo, mais precisamente daqueles que, diariamente, estão mais próximos do problema. Também é preciso aliar políticas sociais que reduzam a vulnerabilidade

dos moradores das periferias, sobretudo dos jovens, à repressão ao crime organizado.

A cidade é o lugar em que o homem adaptou para o centro de convivência e trabalho, organizando nela o tempo e o espaço, transformando-a intensamente – e quase sempre de maneira desordenada – no seu ambiente. A qualidade ambiental urbana é um item de grande desafio, havendo que se ampliar reflexões e estudos sobre o espaço urbano (COIMBRA, 2002). É no ambiente da cidade que o homem encontra grandes indicadores de desequilíbrio. Algumas intervenções, aparentemente simples, podem surtir grandes efeitos, modificando o ambiente, tomando como base fatores comunitários. Um exemplo simples é melhorar a iluminação das ruas, onde áreas mal iluminadas podem aumentar o risco de ocorrerem agressões violentas.

VIOLENCE TO THE LIGHT OF THE APPROACH OF HEALTHY CITIES

ABSTRACT — *In Brazil, one of the great national problems is violence. Statistics on violence and youth appear as a preoccupying situation. Apart from the level of economical development or of the culture of the countries, this is a phenomenon that happens in global scale. However, it became common to reduce the dimensions of the problem of the urban violence to the social inequality, to the historical roots, to the traffic of drugs, to the disintegration of the family or the media. The fact is that any element separately can be chosen as responsible by the current picture of the violence, could be incurred in the risk of looking for simplistic explanations (and solutions). Recent researches indicate that biological factor as well as other individual factors explain some of the predispositions to the aggression, however, it is possible to notice that those factors interact with family, community, cultural and, still, other external factors to create a favorable situation to violence. Among many of the fundamental causes of violence there are the harnessed public politics to a vision just centered in the economical growth, without treating the thematic of the social inequality appropriately. This situation becomes much worse if we observed subjects concerning the regional inequalities. Based on the demographic indicators and economical partner, recent studies demonstrate that the regional inequality is a significant characteristic of the process*

of state development, constituted by several typologies. This article seeks to point out one of the intervention possibilities, using political strategies, observing the ambivalence of the “ healthy “ cities, in order to cooperate with this study, concerning evaluation and decrease of possible causes of violence and, consequently, marginalization.

KEY WORDS: *Violence; Globalization; Public Politics.*

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Brasília, DF, 2002. Disponível em <<http://www.uncnet.br/www2/mestrado/carta.pdf> .>Acesso em: 15, mar. 2005.

IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2004. v. 15

CARDOSO, Ruth; FRANCO, Augusto de; OLIVEIRA, Miguel Darcy de. **Um novo referencial para ação social do Estado e da Sociedade** PNUD. Brasília, DF, 2000.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. “A política de Assistência Social no Brasil: dilemas na conquista de sua legitimidade” **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 21, n. 62, mar. 2000 p. 144-155.

COIMBRA, J de A A. **O outro lado do meio ambiente:** uma incursão humanista na questão ambiental. Campinas: Millenium, 2002.

COSTA, Antônio Luiz M C. **Crime e desigualdade na América Latina.** Disponível em <<http://antonioluizcosta.sites.uol.com.br/Crime.htm>>. Acesso em: 9, fev., 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI:** o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 2027p.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2922p.

KLINKSBERG, Bernardo; Políticas Sociais. Instrumentos de Justiça Social./Fundação Luiz Eduardo Magalhães - Salvador: FLEM, 2002. 88. Cadernos FLEM, 2.

Sitientibus, Feira de Santana, n.32, p.111-127, jan./jun. 2005

KRUG E. G. et al., eds **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

LODOÑO, Juan Luis; GUERRERO, Rodrigo. **Crime e desigualdade na América Latina**. Disponível Em: <<http://antonioluizcosta.sites.uol.com.br/Crime.htm>> Acesso em: 18, mar., 2005.

RIGHETTI, Sabine. **Cidades Saudáveis**. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252004000200004&script=sci_arttext> Acesso em: 16, mar, 2005

SANTOS, Reginaldo Souza. **Políticas públicas baianas: análises e perspectivas / equipe de pesquisadores**: 2. Ed. Salvador : Universitária Americana, 2002. 200 p.

VIEIRA, G. O. Et al. Violência. **Revista Brasileira enfermagem.**, Feira de Santana, p. 48-51, jan./fev., 2003.